



PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES

RUA ENGENHEIRO ÁLVARES MACIEL, 190, CENTRO, INCONFIDENTES, MG
CEP 37.576-000 - ☎ (35) 3464 1000

LEI Nº 1.500/2024

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E CONCESSÃO DE AUMENTO REAL AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE INCONFIDENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES, MINAS GERAIS faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Na forma da Constituição da República Federativa do Brasil e nos termos do disposto no artigo 80 da Lei Orgânica Municipal, fica concedida a revisão geral anual aos servidores do Poder Executivo, referente ao período de 1º de janeiro de 2023 a 1º de janeiro de 2024, por meio do IPCA, na ordem de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º Fica concedido aumento real de 1,38% (um inteiro e trinta e oito centésimos por cento), para os Servidores ativos e inativos.

Art. 3º Os percentuais de aumento e revisão que tratam os artigos 1º e 2º serão aplicáveis sobre o vencimento-base do mês de dezembro de 2023, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

Art. 4º A revisão e o aumento de tratam os artigos 1º e 2º se aplicam aos servidores do magistério, enquanto não for editada Lei Federal que fixa o piso nacional.

Parágrafo único: Uma vez fixado o piso nacional, caso o índice fixado ultrapasse os índices previstos nos artigos 1º e 2º, os mesmos serão compensados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES

RUA ENGENHEIRO ÁLVARES MACIEL, 190, CENTRO, INCONFIDENTES, MG
CEP 37.576-000 - ☎ (35) 3464 1000

Art. 5º A revisão e o aumento de que tratam os artigos 1º e 2º não se aplicam aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate de Endemias, que possuem regulamentação legal própria e específica para fixação de seus vencimentos, atrelado ao valor de 2 (dois) pisos do salário mínimo vigente em âmbito nacional, nos termos do § 9º, do artigo 198, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, acrescido pelo artigo 1º, da Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, bem como do artigo 1º, §2º, da Lei Complementar Municipal nº 060/2022

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta do orçamento do Poder Executivo, adequando desta forma à LDO, naquilo que for necessário.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Inconfidentes, 25 de janeiro de 2024.

ROSÂNGELA MARIA DANTAS
Prefeita Municipal